

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 604/2017 <sup>1</sup>**

**1. Síntese da Matéria:** O projeto de decreto legislativo visa aprovar o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica, celebrado em Kingston, em 13 de fevereiro de 2014.

**2. Análise:** Confrontando a proposição em análise com os dispositivos legais e regimentais mencionados, verifica-se que o artigo 9º do Acordo prevê isenção de impostos e taxas, resultando em renúncia de receita da União, sem que a proposição esteja acompanhada da estimativa do impacto no exercício em que o Acordo deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, com o detalhamento da memória de cálculo da estimativa. Além da ausência de estimativa da renúncia, não há demonstração de que a mesma foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias ou a indicação da respectiva compensação, conforme determina a legislação.

Ressalte-se ainda que a estimativa do impacto orçamentário e financeiro de despesa obrigatória ou renúncia de receita criada por proposição legislativa passou a ser imposição constitucional, nos termos do artigo 113 do ADCT.

**3. Dispositivos Infringidos pelo Projeto de Decreto Legislativo:** art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, arts. 125 e 126 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021, art. 113 do ADCT e Súmula nº 1, de 2008 – CFT

**4. Resumo:** tendo em vista o acima exposto, entendemos que o Projeto de Decreto Legislativo nº 604/2017 deva ser considerado incompatível e inadequado do ponto de vista financeiro e orçamentário.

Brasília, 18 de junho de 2021.

**Sérgio Tadao Sambosuke**  
**Consultor de Orçamento**

---

<sup>1</sup> Solicitação de Trabalho 536/2019 da Secretaria da Comissão de Finanças e Tributação para atender ao disposto no art. 10-A da Norma Interna da CFT.